



Proposta que proíbe o aborto pode prever casos excepcionais

Desarquivada na terça-feira, a PEC introduz na Constituição “a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção”. Proposta foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça

Emenda à proposta que proíbe o aborto pode garantir o direito de interrupção da gravidez nas situações já previstas em lei. A informação foi dada pelo senador Eduardo Girão, autor do requerimento de desarquivamento da proposta, aprovado em Plenário na terça-feira. Hoje o aborto é permitido em casos de estupro, risco de vida para a mãe e anencefalia do feto. Girão disse que propôs a emenda à presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Simone Tebet. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado — 12/2/2019

Desarquivamento da PEC que proíbe o aborto, de 2015, foi aprovado em Plenário na terça-feira

MPs da Funpresp e de imóveis do INSS trancam a pauta de votação

Duas medidas provisórias, a que transfere imóveis do INSS para a União e a que amplia o prazo de adesão à Fundação Complementar do Servidor Público Federal, trancam a pauta e deverão ser votadas pelos senadores.

As duas MPs foram aprovadas na quarta-feira pela Câmara e vencem no início de março.

A medida sobre imóveis do INSS também trata da permissão para a venda de imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal, da cessão de imóveis ocupados por entidades esportivas, da gestão de lagos e estuários da União, da doação de terrenos da União e de regularizações fundiárias. Já a outra MP ampliou para 29 de março o prazo de adesão ao fundo de previdência dos servidores públicos. **3**

Senadores pedem fim do impasse sobre Lei Kandir

A proposta com novos critérios para compensar estados por perdas com isenção de ICMS prevista na Lei Kandir pode ser votada na Câmara em março, prevê o presidente da Casa, Rodrigo Maia. Senadores querem rapidez na solução para o problema. A regulamentação da Lei Kandir deve resolver um impasse que já dura anos entre a União e estados exportadores, que alegam acumular perdas milionárias por não terem recebido compensação. **4**



Janine Moraes

A Lei Kandir isentou do ICMS produtos e serviços destinados a exportação

Projeto visa sustar decreto que facilita posse de armas

Projeto apresentado pelos senadores do PT objetiva sustar o decreto do presidente Jair Bolsonaro que simplificou a posse de armas de fogo e permite a possibilidade de compra de até quatro armas por pessoa. Os senadores argumentam que a aplicação do Estatuto do Desarmamento

é fundamental para reduzir a explosão de mortes violentas no Brasil, como atestou a Organização Mundial da Saúde.

Na contramão dessa recomendação, a simplificação das exigências, segundo a bancada do PT, vai gerar um aumento nos homicídios, inclusive por acidentes. **2**



William Andrade/Flickr

Armas de fogo entregues ao Exército para destruição no Amazonas

Equipamento para produção de leite deve ficar sem IPI **2**

Violência à mulher pode ser abordada em escolas **3**

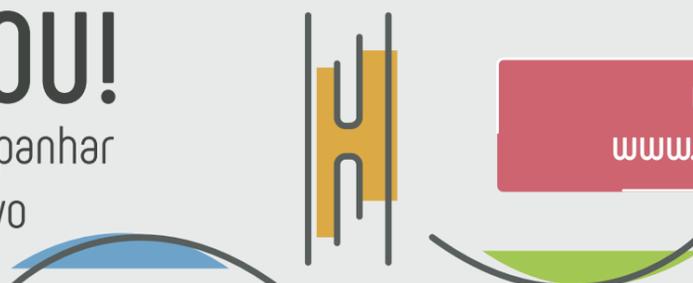
Comissão analisa nome para presidir Banco Central amanhã

A leitura da indicação de Roberto Campos Neto para a presidência do Banco Central é um dos itens da primeira reunião deliberativa do ano da Comissão de Assuntos

Econômicos. Nomes para outras duas diretorias do banco também estão na pauta, assim como uma indicação para a Comissão de Valores Mobiliários. **3**

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em www.senado.leg.br/simplificou

Davi: Senado está pronto para votar reforma da Previdência

Sobre a idade mínima para aposentadoria anunciada pelo governo, de 65 anos para homens e 62 para mulheres, o presidente do Senado avalia que agora cabe ao Legislativo promover a discussão da proposta

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, disse que a Casa está pronta para debater a reforma da Previdência, a ser enviada pelo governo ao Congresso nos próximos dias. Davi lembrou que a proposta será primeiramente avaliada pela Câmara dos Deputados, mas ressaltou que, no Senado, tudo já está sendo acertado para a discussão.

Segundo ele, uma subcomissão especial, a ser criada dentro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), acompanhará a tramitação na Câmara. O presidente afirmou que todos os senadores aguardam "com parcimônia" o projeto para debater com a sociedade e votar o texto final.

— O governo fez uma opção que agora cabe aos deputados e senadores discutir. Tenho conversado com os líderes partidários e estamos aguardando, porque o Senado vai debater e votar a reforma da Previdência no tempo certo e na hora certa.

Davi visitou o presidente Jair Bolsonaro na sexta-feira, no Palácio da Alvorada, e destacou que ele está bem de saúde

No que diz respeito à



Congresso ouvirá a sociedade sobre reformas, diz Davi Alcolumbre

definição da idade mínima para a aposentadoria, de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres, anunciada na quinta-feira pelo governo, Davi avaliou que cabe agora ao Legislativo promover a discussão democrática da reforma.

— O Congresso, livremente, vai fazer o debate e a sua escolha. Eu sempre disse que estamos no mesmo barco. Além da reforma da Previdência, que é fundamental para as contas públicas, temos a reforma tributária, que é importante para desburocratizar o Estado.

O presidente do Senado disse que o Legislativo deve "harmo-

nizar contrários e diminuir diferenças" para tomar decisões justas com a sociedade.

— Os estados e os municípios estão quebrados. Precisamos mostrar a solução.

Em relação à crise entre o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gustavo Bebianno, e o filho do presidente da República, o vereador carioca Carlos Bolsonaro, Davi ponderou que a questão está fora da agenda do Congresso. Sobre a possibilidade de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) apresentar um convite para o ministro comparecer ao Senado, ele enfatizou que é um direito de todo senador.

Proposta isenta de IPI equipamentos e insumos destinados à produção de leite

Os insumos e equipamentos destinados à produção de leite poderão ser isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). É o que define projeto do senador Alvaro Dias (Pode-PR) que tramita na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

De acordo com o PL 575/2019, caberá ao Ministério da Agricultura discriminar os produtos cobertos pela isenção de IPI, que poderão abranger máquinas, instrumentos, peças de reposição, acessórios

e matérias-primas. O objetivo do projeto é estimular a modernização da pecuária leiteira diante do aumento da demanda por investimento e eficiência.

“O princípio da seletividade do IPI, em função da essencialidade do produto, é aplicável às máquinas, aos equipamentos e aos insumos destinados à produção leiteira, tendo em vista constituir-se o leite em produto básico para a população”, argumenta na justificativa do projeto.

Izalci cobra nomeação de 91 para hospital do DF

Izalci Lucas (PSDB-DF) pediu ao Ministério da Economia que autorize a nomeação de 91



Gerardo Magela/Agência Senado

servidores aprovados no concurso do Hospital das Forças Armadas (HFA) de Brasília. Segundo o senador, o prazo para a convocação termina neste mês. Segundo o senador, manter o funcionamento do HFA é imprescindível para o DF, porque ele é considerado referência para situações em que sejam decretadas calamidades públicas.

Wellington apoia CPI sobre barragem de Brumadinho

A instalação da CPI de Brumadinho, que terá a missão de investigar a responsabilidade



Pedro Franco/Agência Senado

criminal dos funcionários da Vale encarregados de operar a barragem que rompeu em Minas Gerais, foi defendida por Wellington Fagundes (PR-MT). O senador lembrou que a Vale foi constituída com recursos públicos, o que dá ao governo o direito de intervir na empresa.

— Queremos a investigação desse acidente em que provavelmente há responsabilidades.

Projeto susta decreto que simplificou posse de arma

A bancada do PT no Senado apresentou um projeto de decreto legislativo para sustar o decreto, editado pelo presidente Jair Bolsonaro, que simplificou as regras para posse de armas de fogo.

O projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Os senadores argumentam que a aplicação do Estatuto do Desarmamento é fundamental para reduzir a explosão de mortes violentas no Brasil, como atestou a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Na contramão dessa recomendação, a simplificação das exigências promovida pelo

Decreto 9.685, de 2019, segundo o PT, vai gerar um aumento nos homicídios, inclusive por acidentes. Além disso, como afirma Humberto Costa (PT-PE), o plebiscito de 2005, que reafirmou a possibilidade da posse de armas, não estendia a possibilidade de compra de várias armas por pessoa.

Segundo o senador, um dado preocupante é a autorização para a compra de até quatro armas de fogo. E esse número poderá ser maior a depender do número de propriedades que o cidadão possua, além das circunstâncias e da comprovação da “efetiva necessidade”, como é previsto

no decreto presidencial.

Paulo Paim (PT-RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), mostrou-se preocupado com uma escalada de incidentes com armas de fogo a partir da simplificação das autorizações para a posse.

— O decreto ainda vai impactar no aumento no sistema público de saúde, nos seus setores de urgência e emergência, nas filas de cirurgias ortopédicas e nos serviços de reabilitação. É claro que ocorrerão acidentes, pois o uso de armas exige um longo treinamento. E a maioria das pessoas não fará esse treinamento — afirmou Paim.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- SEG** **PLENÁRIO** Sessão não deliberativa
14h Sessão destinada a discursos e avisos da Mesa.
- TER** **CAE** Presidência do Banco Central
10h Leitura de relatórios das indicações para presidência e diretorias do BC.
- CE** Subcomissão
11h30 A comissão analisa requerimento de criação da Subcomissão de Esporte e Educação Física.

- QUA** **CAS** Acolhimento a crianças
9h Na pauta, projeto que cria o marco regulatório do acolhimento de crianças e adolescentes.
- CCJ** Tributação
10h Entre os itens da pauta, proposta que dispensa empresas optantes do regime de tributação com base no lucro presumido de retenção na fonte de alguns tributos federais.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Proposta que proíbe aborto deverá admitir exceções

Desarquivada na terça-feira, a PEC introduz na Constituição “a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção”. Emenda a ser apresentada à proposta visa garantir os casos já previstos de aborto legal

A PROPOSTA DE emenda à Constituição que proíbe o aborto pode receber uma emenda para permitir a interrupção da gravidez nas situações já previstas em lei. O senador Eduardo Girão (Pode-CE) se comprometeu a apresentar uma emenda inserindo na PEC a manutenção da legalidade do aborto em casos de estupro, risco de vida para a mãe e anencefalia do feto.

Girão é autor do requerimento aprovado na terça-feira em Plenário, que desarquivou a PEC 29/2015, do ex-senador Magno Malta. A proposta,

que inclui na Constituição a “inviolabilidade do direito à vida desde a concepção”, foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e será relatada por Selma Arruda (PSL-MT).

— Vamos respeitar o Código Penal para não haver retrocesso. Não estou na CCJ, mas já levei a emenda para a senadora Simone Tebet — informou Girão.

Para ele, a PEC que proíbe o aborto é um avanço no que diz respeito aos direitos humanos, pois resguarda o direito da criança de nascer, assegurando

isso no texto da Constituição.

Girão acrescenta que o objetivo da proposta não é regredir na legislação sobre o assunto, mas evitar o ativismo judicial em temas polêmicos como esse.

— A ideia é evitar que o STF legisle no lugar dos senadores. O Senado tem prerrogativa para se posicionar sobre o tema.

Discussão

Durante a discussão em Plenário na terça-feira, o senador Humberto Costa (PT-PE) se posicionou contra o desarquivamento. Segundo ele, o aborto é um assunto de saúde pública. Ele disse que as três exceções previstas não podem ser canceladas.

A presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), disse que as exceções ao aborto previstas em lei serão preservadas. Para a senadora, a discussão agora é sobre um possível avanço em relação a outros casos.

— Eu, particularmente, já adianto aqui que sou radicalmente contra. Só aceito o aborto nos casos previstos hoje no Código Penal.



Marcos Oliveira/Agência Senado — 12/2/2019

Medidas provisórias podem ser votadas em Plenário amanhã

Imóveis da União e adesão ao Funpresp trancam pauta

Aprovadas na quarta-feira pela Câmara dos Deputados, duas medidas provisórias — a que transfere imóveis do INSS para União e a que amplia o prazo de adesão à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) — serão agora votadas no Senado. As MPs trancam a pauta de votações e perdem a validade, respectivamente, nos dias 3 e 5 de março.

A transferência de imóveis do INSS, garantida pela MP 852/2018, é sem pagamento a título de diminuição dos débitos do Fundo do Regime Geral de Previdência Social com o Tesouro.

A medida trata também da permissão para venda de imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA), da cessão de imóveis ocupados por entidades esportivas, da gestão de lagos e estuários da União, doação de terrenos da União e regularizações fundiárias.

Já a MP 853/2018 ampliou de 29 de julho de 2018 para 29 de março de 2019 o prazo de adesão ao fundo de previdência complementar dos servidores públicos federais. A MP determina que a mudança de regime previdenciário é irrevogável e irretratável.

A Funpresp foi instituída pela Lei 12.618, de 2012, para complementar a aposentadoria dos servidores que entraram no serviço público após a data de sua implantação. O fundo de pensão estava previsto na Constituição desde a reforma da Previdência de 2003.

Ferrovias

Ainda sobre a MP 852, que transfere imóveis do INSS para União, ela determina que ativos vindos de contratos de arrendamento de malhas ferroviárias serão revertidos à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e os recursos obtidos pela venda dos imóveis alienados irão para o caixa do governo.

A proposta extingue o Fundo Contingente da RFFSA, criado para administrar

parte dos bens da empresa quando ela foi extinta. A ideia é assegurar aos empregados da Companhia Brasileira de Trens Urbanos e da Trensurb o direito à complementação de aposentadoria garantido pela Lei 11.483, de 2007, aos empregados da extinta RFFSA transferidos para a Valec, outra estatal do setor ferroviário. O texto estabelece paridade de vencimentos.

Em outro tema relacionado a imóveis, a MP 852 viabiliza a regularização de bens da União ocupados por entidades desportivas anteriormente à data de promulgação da Constituição de 1988. A cessão do imóvel poderá ocorrer sem licitação pelo prazo de 30 anos, prorrogáveis por iguais períodos.

Laudêmio

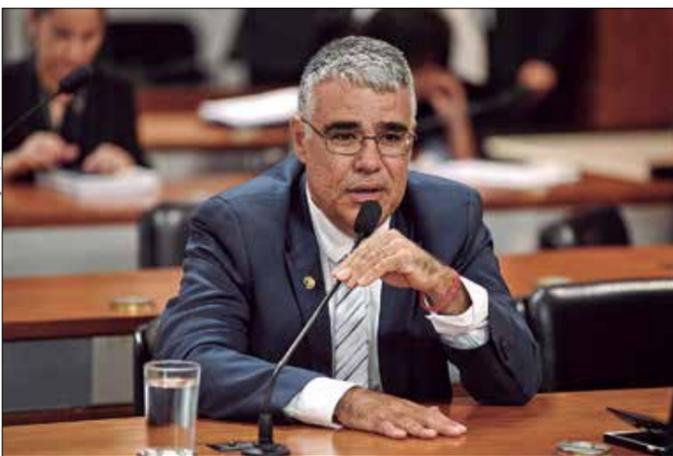
A MP 852 amplia ainda, de 27 de abril de 2006 para 10 de junho de 2014, a data-limite das ocupações de terrenos da União passíveis de regularização sem pagamento da taxa de laudêmio.

Outro prazo modificado é para a regularização de terras no Parque Histórico Nacional dos Guararapes, em Pernambuco. Em vez de serem beneficiados aqueles que residiam na área desde 21 de maio de 1991, passarão a contar com o benefício os que comprovem residência na área até 30 de junho de 2018.

A MP também permite ao governo transferir a gestão de lagos e estuários da União aos municípios por eles banhados. Incluem-se nessa transferência as áreas de uso comum com exploração econômica, como calçadões, praças e parques públicos. Atualmente, a transferência de gestão vale apenas para praias marítimas urbanas.

Outro dispositivo incluído na MP 852 autoriza o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) a doar ao Ceará área de sua propriedade situada no perímetro público irrigado Jaguaribe-Apodi. A intenção é regularizar a situação fundiária de cerca de 200 famílias que vivem no local.

Pedro França/Agência Senado — 13/2/2019



Girão é o autor do pedido para que a PEC volte a ser analisada no Senado

Indicações para BC e CVM serão analisadas amanhã

A primeira reunião do ano da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), amanhã, será destinada à leitura da indicação de Roberto Campos Neto para a presidência do Banco Central (BC). Os senadores vão avaliar também outros dois indicados para a diretoria do BC e uma indicada para a diretoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Roberto de Oliveira Campos Neto tem 49 anos e se formou em 1993 em economia na Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Dois anos depois, concluiu o mestrado

na mesma instituição. Neto do economista e ex-ministro Roberto Campos, iniciou a vida profissional no Banco Bozano, Simonsen, mas a maior parte da carreira foi dedicada ao Banco Santander, onde ocupou cargos em diferentes áreas, como mesa de operações, renda fixa internacional, tesouraria e banco digital.

Se for aprovado pelo Senado, o indicado substituirá Ilan Goldfajn.

O Banco Central é uma autarquia destinada a formular e executar a política monetária, manter a inflação dentro da

meta, servir como depositário das reservas internacionais do país e garantir, para a população, o fornecimento adequado de dinheiro em espécie. A instituição tem uma diretoria colegiada, que é indicada pelo presidente da República e precisa ser aprovada pelo Senado. Os outros dois diretores indicados são Bruno Serra Fernandes e João Manoel Pinho de Mello.

A indicada para a CVM é Flávia Martins Sant’Anna Perlingeiro. A comissão também é uma autarquia vinculada ao Ministério da Economia.

Escola poderá prevenir violência contra a mulher

A prevenção de todo e qualquer tipo de violência contra a mulher poderá ser incluída nos currículos da educação básica. Isso porque tramita na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) projeto (PL 598/2019) de Plínio Valério (PSDB-AM) que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 1996).

A legislação vigente inclui os conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra crianças e adolescentes

nos currículos escolares, entretanto, não cita as mulheres.

Plínio Valério argumenta que é urgente uma mudança no padrão cultural brasileiro para alcançar a igualdade de fato entre homens e mulheres prevista na Constituição.

“A mulher brasileira tem sido relegada a plano secundário em vários âmbitos, numa realidade que muda a passos muito lentos. Embora esteja cada vez mais presente no mundo do trabalho, mantendo seu papel estruturante na família, a mulher recebe

menos que o homem no desempenho das mesmas tarefas. Na vida política, ela tem sido sistematicamente sub-representada. No entanto, nada parece estigmatizar mais a mulher do que a sua sujeição à violência”, destaca o senador na justificativa do projeto.

De acordo com o relatório global 2019 divulgado pelo Observatório dos Direitos Humanos, da ONG Human Rights Watch, mais de 1,2 milhão de casos de agressão contra mulheres seguem pendentes na Justiça brasileira.

Senadores querem fim de impasse sobre a Lei Kandir neste semestre

Projeto com critérios para compensar perdas de estados exportadores com a isenção do ICMS pode ser votado pela Câmara em março

UMA DIVERGÊNCIA QUE se arrasta há mais de 20 anos, colocando em campos opostos os estados exportadores e a União, pode ter solução este ano: a elaboração de novos critérios para compensar perdas estaduais com a isenção de ICMS. O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, informou que pretende pôr em votação em março o Projeto de Lei Complementar (PLP) 511/2018, que regulamenta a Lei Kandir. A lei isenta de cobrança de ICMS os produtos exportados e determina a compensação dos estados prejudicados com essas isenções.

A notícia chamou a atenção dos senadores, que escutam reclamações reiteradas de governadores e prefeitos, e tentam resolver o problema.

— Tudo depende, neste momento, do presidente da Câmara colocar em votação. A nova legislatura traz aspectos muito interessantes, visto que a renovação foi muito grande. Há uma compreensão sobre a importância do pacto federativo. Nossa expectativa, portanto, é de que possamos avançar — afirmou o senador Wellington Fagundes (PR-MT), relator em comissão mista do projeto que está para ser votado na Câmara.

O PLP 511/2018 determina o pagamento de R\$ 39 bilhões por ano aos estados exportadores a título de compensação.

— É o apurado. Mas não acredito que o Congresso queira colocar a faca no pescoço do governo federal. O valor está posto e, certamente, será discutido e negociado até chegarmos a bom termo, que possam garantir a previsibilidade das transferências e permitir que os governos estaduais e municipais possam fazer seu planejamento.

O senador Paulo Paim (PT-RS) também acredita que seja possível decidir o assunto no primeiro semestre. Segundo ele, o Rio Grande do Sul já perdeu R\$ 50 bilhões no período.

— É muito dinheiro. Na época, eu era deputado ainda, foi feita uma discussão para que o dinheiro de eventuais perdas fosse estornado para



Aprovada em 1996, a Lei Kandir isentou da cobrança de ICMS produtos e serviços destinados à exportação

os cofres estaduais, mas não houve a devolução — afirmou o senador, que disse receber constantes cobranças de governadores e prefeitos.

Polêmica

A Lei Kandir foi aprovada em 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso, isentando do ICMS produtos e serviços destinados à exportação. A perda de arrecadação dos estados exportadores, como Rio Grande do Sul, Pará e Mato Grosso, são compensadas pela União, sempre após muita negociação, ano a ano, durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

Os governadores e representantes dos estados exportadores argumentam que a compensação é insuficiente para cobrir as perdas. Outra queixa é que a compensação tem sido feita a partir de negociação anual com o Ministério da Fazenda para inclusão dos valores do Orçamento da União. No Orçamento de 2019, por exemplo, o valor nem sequer chegou a ser definido, à espera de cálculos que seriam realizados pelo Tribunal de Contas da União neste mês.

Estreante no Senado, o senador Zequinha Marinho (PSC-PA) disse que uma das prioridades de seu mandato será um novo sistema de compensação aos estados. Segundo ele, o Pará já perdeu R\$ 40 bilhões em duas décadas. O estado é um forte exportador de commodities, principalmente minério de ferro.

— Técnicos do Tribunal

de Contas da União declararam que ao governo federal não precisaria compensar ninguém em função da Lei Kandir. Isso é, no mínimo, um absurdo. Vamos pedir uma audiência com o presidente do TCU, José Múcio Monteiro, que foi deputado federal e é uma pessoa de bom senso — afirmou Zequinha Marinho.

Segundo ele, o Comitê dos Secretários de Fazenda (Comsefaz), que reúne todos os secretários dos governos estaduais, já apurou que, nos últimos 20 anos, o que foi repassado pela União a título de compensação só corresponde a 17,8% das perdas.

— Ou seja, 82,2% deixaram de ser repassados. Isso significa algo em torno de R\$ 550 bilhões — observou.

Comissão mista

O PLP 511/2018 é resultado do trabalho de uma comissão de senadores e deputados formada no ano passado, sob a relatoria de Wellington.

A Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir surgiu a partir de decisão do Supremo Tribunal Federal, que, ao julgar uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão, deu prazo de 12 meses para que o Congresso editasse lei complementar para regulamentar repasses de recursos da União aos estados em decorrência da desoneração do ICMS.

A ação foi impetrada pelo Pará e por outros 15 estados — Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Segundo a decisão do STF, se o Legislativo não se manifestasse, caberia ao TCU fixar regras e calcular as cotas de cada ente da Federação.

— A ação que resultou no trabalho de construir uma

OS DEZ ESTADOS QUE MAIS PERDERAM SEGUNDO O COMSEFAZ (2006-2016)	
SP	R\$ 101,2 bilhões
MG	R\$ 88,1 bilhões
MT	R\$ 53,2 bilhões
RS	R\$ 50,1 bilhões
PA	R\$ 32,5 milhões
ES	R\$ 31,3 bilhões
RJ	R\$ 30 bilhões
GO	R\$ 22,3 bilhões
BA	R\$ 19,8 bilhões
SC	R\$ 15,9 bilhões

* Fonte: Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e DF

nova lei complementar se deu em função de omissão. Mas não creio que chegaremos ao ponto de o TCU ter que editar uma norma sobre esse tema. Sabemos das dificuldades fiscais do país, mas creio que chegaremos a um bom entendimento com o governo, que seja justo e exequível — disse Wellington.

Incidente sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços, o ICMS é a principal fonte de arrecadação dos estados e do Distrito Federal. É um imposto de aplicação complexa, com alíquotas internas e interestaduais, que também interessa aos municípios, já que as prefeituras recebem 25% do total arrecadado.

— Por muito anos, os municípios assumiram responsabilidades sem a devida contrapartida em função do centralismo tributário. Por isso, sou um municipalista convicto porque precisamos investir lá na base. Os prefeitos e vereadores recebem essa pressão e trazem suas angústias até nós. Quando o município deixa de receber a tributação, é o cidadão abrindo mão, em nome de um interesse maior da nação, de melhorias daquilo que lhe afeta diretamente. Por isso, lutamos tanto por essa compensação — afirmou Wellington.

Paulo Paim pede pagamento de compensação

Paulo Paim (PT-RS) defendeu na sexta-feira a votação, pela Câmara, do PLP 511/2018, que regulamenta a Lei Kandir.

De acordo com o senador, os valores devidos pela União a estados e municípios exportadores, desde 1996, chegam a R\$ 548,7 bilhões. Os valores repassados são negociados ano a ano.

— Os estados estão endividados, empobrecidos, sem dinheiro para nada, muitos atrasando o salário dos trabalhadores, como é o caso do meu estado, o Rio Grande do Sul, que está entre os que mais perderam.

Rodrigues defende a regulação do garimpo artesanal

Chico Rodrigues (DEM-RR) defendeu na sexta-feira a regulamentação da atividade dos garimpeiros artesanais. O senador reconheceu a importância da preservação ambiental e da delimitação de terras indígenas em Roraima, mas avaliou que o estado é uma província mineral com reservas abundantes e sua exploração será importante para auxiliar na composição da matriz econômica do país.

— Não queremos polemizar em relação à demarcação, mas eu acho que é necessária a exploração racional, respeitando o meio ambiente.

Kajuru divulga recursos obtidos para Goiás

Jorge Kajuru (PSB-GO) afirmou na sexta-feira que em poucos dias de mandato já conseguiu recursos para 29 municípios de Goiás.

— Foram R\$ 42 milhões. Nada mais do que a minha obrigação para o estado de Goiás — afirmou.

Kajuru ressaltou que as verbas, oriundas de programas federais e internacionais, foram obtidas mesmo para cidades cujos prefeitos não o apoiam.

— Não entro nessa mesquinha da política, porque o que vale para mim é a população da cidade.

A PROPOSTA DO PLP 511/2018	
Compensação	A compensação devida aos governos estaduais e municipais a cada exercício será de R\$ 39 bilhões, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)
Critérios de divisão	Do total de R\$ 39 bilhões, 40% serão rateados segundo coeficientes fixos previstos no anexo da lei. Os 60% restantes serão rateados segundo dois critérios variáveis: 40% conforme as exportações de produtos primários e semielaborados e 20% conforme os saldos positivos da balança comercial. Ambos serão apurados anualmente pelo TCU, com o apoio do Executivo, tendo como base a performance exportadora de cada estado para períodos de cinco anos